

AGENTES POLITICOS E SEU OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ORGANIZAÇÕES CIVIS PATRONAIS)

Tathiane Martines da Silva Pimenta¹

RESUMO. Esse trabalho tem por finalidade analisar as formas de organização e de atuação da sociedade civil em Rondônia durante as décadas de 50 e 60, período marcado por uma intensa ação do Estado Brasileiro na implementação de políticas de desenvolvimento para a região amazônica. Tendo por objetivo identificar agentes políticos de organizações civis patronais e seus olhares sobre os programas de desenvolvimento promovidos nos anos 50 e 60. Para a realização deste trabalho, foi adotado como referencial teórico o italiano Antonio Gramsci, e os seus conceitos de Estado Ampliado, Hegemonia, Intelectual Orgânico e Sociedade Civil. E foi através destes conceitos que foi possível fazer a identificação dos agentes políticos e compreender os seus olhares acerca dos programas de desenvolvimento regional realizado pelo Governo Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional, Sociedade Civil, Organizações patronais.

Política e Programas de Desenvolvimento para a Amazônia

Na década de 50, o governo tratava a Amazônia como um local de risco, como se na região não houvesse um povo, ou pelo menos um povo não adequado para gerar o desenvolvimento². Essa região era considerada vulnerável, “um risco para a civilização e para a nação brasileira” (Rabello, 2004). A ocupação significaria, então, uma proteção.

Nesse período, o mundo passava pela a Guerra Fria então houve a preocupação em proteger as fronteiras. Diante disso, foram feitas propostas de

ocupação da região. Estas propostas defendiam uma ocupação das fronteiras de forma estratégica, pois assim assegurariam a segurança nacional.

A Escola Superior de Guerra (ESG) tinha uma preocupação com a região Amazônica nesse mesmo sentido, também via a Amazônia como uma área onde não havia uma ocupação significativa. Teria, então, que haver uma eficiência no povoamento, para que assim ocorresse a expansão da fronteira. O povo da Amazônia deveria ser um povo civilizado, deveria ser aculturado ao molde do desenvolvimento. Para isso ocorrer, a ESG propagou essa idéia como uma vontade nacional, tornando, desse modo, a Amazônia um palco de políticas públicas (Rabello, 2004).

A primeira iniciativa do Estado foi a campanha “Marcha para o Oeste”, onde ele inventou a ocupação, a integração e o desenvolvimento do oeste brasileiro. Essa campanha teve avanço durante a Grande Guerra, pois nesse período a Malásia foi invadida pelas tropas japonesas, impedindo a exportação de borracha para os países Aliados. Para financiar os seringais, o governo Federal cria o Banco de Crédito da Borracha, essa atitude ocasionou o monopólio dos seringais por parte do Estado. Além disso, para cuidar das fronteiras do país, o Estado criou os Territórios Federais, dentre os quais o Território Federal do Guaporé (Atual estado de Rondônia).

Em 1942, através dos Acordos de Washington, o Governo norte-americano se comprometeu em financiar a produção gumífera brasileira e comprar os excedentes produzidos. Para reativar os seringais e estimular a produção, o poder público criou o Banco de Crédito da Borracha S/A (BCB), com capitais norte-americanos e brasileiros (Santos, 2009, p.19).

Porém após o fim da guerra e a desocupação dos seringais da Malásia, a borracha brasileira perdeu a competitividade no mercado internacional e a produção de látex amazônico entrou em declínio, como afirma Santos: “Com o fim da Guerra em 1945 e a desocupação dos seringais da Malásia a produção volta a estagnar-se, agravada pela descoberta da borracha sintética pelos alemães e norte-americanos” (2009, p. 20).

Como a produção gumífera não conseguiu promover o desenvolvimento, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

(SPVEA), ela foi responsável pela elaboração das metas que deveriam ser realizada para que o desenvolvimento local “caminhasse junto” com o desenvolvimento nacional. O plano previa ações que aumentassem o desenvolvimento da produção local e que proporcionassem uma melhoria de vida da população, abrangendo toda a Amazônia Legal, o que ocasionaria a expansão da riqueza do país.

Ainda com o objetivo de desenvolver a região. Durante o período de Juscelino Kubitscheck, a SPVEA assumiu a construção da rodovia Belém-Brasília, foi uma estratégia do Plano de Segurança Nacional para integrar o oeste com o resto do país. “O governo JK (...) foi responsável por ações políticas, cujo argumento era a defesa nacional” (Rabello, 2004, p. 20). Com a construção abriu a possibilidade de colonizar áreas próximas à rodovia, houve condições para o escoamento da produção amazônica e permitiu acesso aos materiais amazônicos. Porém essa política criou a idéia de um “vazio demográfico”, uma idéia que a população que aqui habitava era inadequada para o desenvolvimento que crescia. Assim a construção abriria caminho para a entrada da população adequada, para a entrada da “civilização” que estava preparada para o desenvolvimento da região.

Estas rodovias, ligando a Amazônia à Brasília, representam, enfim, o meio físico de penetração na ‘Hiléia’, assegurando o comando do planalto (através da ‘comunicação’) e trazendo, capturando e ordenando um espaço ‘natural’, agora transformado em uma ‘região’ que deveria abranger o ‘verdadeiro sentido da brasileiridade’ como já antecipava Vargas, ao pregar a Marcha para o Oeste (Rabello, 2004, p.21).

Porém, mesmo após a construção das rodovias que ligavam a Amazônia com o resto do país, ela continuou como uma região marginal, pois ela continuava fora do projeto de nação, estes tinham um atenção voltada aos grandes centros³.

A apreensão com a região Amazônia continuou no período militar. Houve a preocupação em ocupar e desenvolver economicamente, para isso que isso ocorresse se fez a chamada “Operação Amazônia”.

A grande marca do período militar para compreender sua ação na região foi a ‘Operação Amazônica’ que se constituía em uma série de investimentos ações políticas destinadas a ocupar e desenvolver economicamente a atender, com isso, às prerrogativas do discurso da Segurança Nacional. (Rabello, 2004, p.30).

Foi nessa época que o Estado extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM. Esta tinha a mesma linha de ação que a SPVEA. Como Rabello afirma, continuou a idéia de que o desenvolvimento econômico ocasionaria a integração nacional.

Numa tentativa de estimular a industrialização, em 1967, foi criado a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), uma área que foi destinada a receber produtos importados. Esta foi uma maneira de incentivar a indústria e o comércio na região. Essa ação mostrou que o Estado ainda possuía a visão de uma Amazônia distante que necessitava de incentivos.

Á partir de 1970⁴ iniciou o processo de colonização das margens das rodovias que foram construídas ao longo do tempo, o que incluía a BR-029. Seria responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizar esse assentamento, que continuou até o início dos anos 80, quando ocorreu o fim do *milagre econômico*⁵ brasileiro.

Os demais projetos desenvolvidos pelo INCRA continuaram a ser efetivados durante os anos 70 e princípio dos anos 80, entretanto, uma grande mudança no cenário econômico mundial alterou a ação do Estado brasileiro no conjunto d país e, particularmente, na Amazônia. A crise do Petróleo acelerou o fim do ‘milagre econômico’ brasileiro. (Rabello,2004, p. 41)

Nota-se que nas décadas de 1950-60, o período da nossa pesquisa, houve uma série de programas destinados ao desenvolvimento da região, antes vista como algo mítico, um “inferno”, que depois da década de 50 passou a ser vista como “a selva a ser vencida”. Diante disso, procuramos entender como estes programas foram aceitos (ou não) pelos agentes políticos de organizações civis locais.

A Política no Território Federal do Guaporé nas décadas de 50 e 60

A política partidária já apresentava seus grupos antes mesmo da Criação do Território, ela ocorria entre os prefeitos e a administração da ferrovia. Porém, após a nacionalização da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (E.F.M.M.) a administração passou a ser de uma pessoa que possuía um contato direto com o Governo Federal,

o que proporcionou uma facilidade maior de tomar as iniciativas necessárias para ocasionar o desenvolvimento da região.

Antes mesmo da criação do Território Federal do Guaporé o poder político, entendido de forma mais ampla, na região Madeira-Mamoré, era de certa forma, dividido entre os prefeitos e a administração da ferrovia. Com a nacionalização da EFMM, esse poder passou a ser exercido através de um contato direto do administrador da ferrovia com o governo federal, tornando-se aquele o elemento mais dinâmico a carrear os recursos e a tomar as iniciativas necessárias ao desenvolvimento da região. Dessa forma, não surpreende o fato de que o primeiro governador do território tenha sido exatamente o primeiro diretor brasileiro da ferrovia, o Major Aluizio Pinheiro Ferreira (TEIXEIRA & FONSECA, 1998, p.165).

Durante as décadas de 50 e 60, apesar de existirem diversos partidos representados no Território, houve uma disputa maior entre dois partidos, os aliados do Aluizio Ferreira, chamados de Cutubas e a oposição, os aliados do Joaquim Vicente Rondon, denominados Peles-Curtas.

Nessa época, a divisão era muito intensa, não havia nenhuma possibilidade de alguém ficar indeciso entre um partido ou outro. “Naqueles idos tempo ninguém, mas ninguém mesmo ficava ‘em cima do muro’. Ou era Cutuba ou era Pele-Curta”. (Borzacov, 2007, p.26)

A tática utilizada para vencer o adversário era debochar. Faziam todo tipo de gozações, desde apelidos e crônicas publicadas nos jornais que existiam na época, passando por comícios, até ficar gritando no meio da rua os defeitos dos adversários.

“A bucólica capital do Território Federal do Guaporé fervilha com comícios e as propagandas dos alto-falantes, colocados em lugares estratégicos no centro comercial. (...) Aos berros enumeravam as virtudes e qualidades dos seus candidatos e soltavam ‘cobras e lagartos’ sobre os adversários” (Idem, p.26)

A ‘política de deboche’ era levada tão a serio que os cutubas realizavam reuniões no antigo Porto Velho Hotel (atual prédio da Reitoria da Universidade Federal de Rondônia) para que juntos criassem crônicas, piadas, apelidos, musicas e todas as formas de gozarem dos adversário.

Essa disputa refletia nos periódicos da região, o “Alto Madeira” e o “O Guaporé”. Este segundo, foi criado, em 1955, pelos Cutubas, devido a necessidade

política do então candidato a deputado federal, pois este precisava do apoio de um jornal, já que o único jornal da região (o “Alto Madeira”) apoiava os seus adversários políticos, aliados a Joaquim Vicente Rondon.

É comum encontrar nesses jornais, reportagens com troca de ofensas entre Cutubas e Peles-curta. Ao ler exemplares do jornal “Alto Madeira”, notei reportagens repletas de xingamentos e até mesmo palavrões, citando os nomes dos administradores do jornal “O Guaporé”.

Como por exemplo, uma reportagem publicada no jornal “Alto Madeira” no dia 25 de maio de 1955. Três dias antes, o “O Alto Madeira” disse que o jornal “O Guaporé” é contra o governo e aproveitador de problemas alheios (dos pobres). O jornal “O Guaporé” respondeu dizendo que não citou nome de ninguém, que apenas jogaram a carapuça e ficaram esperando o resultado. “Não iremos ao xadrez como ladrão e muito menos por qualquer outra nódoa desabonadora. Isto é, no momento, o que nos cabe adiantar” (Jornal Alto Madeira).

O jornal “O Alto Madeira” respondeu dizendo que apenas falaram a verdade “doa a quem doer”. Que só estavam orientando o povo guaporense contra o Sindicato da Calunia.

“Por isso não receamos as ameaças, as surras que prometem dar no Observador, como bem nos diverte a preocupação que estamos causando os filhotes da vaquinha que tanto leite fornece para os mais variando fins... (...) Não se iludam! O risco que corre o pau corre também o machado⁶”.

Deste modo, fica nítida uma divisão na sociedade da época, uma divisão política, logo essa discussão já não dividia opiniões, uma vez que já era dividida.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial escolhido foi o filósofo italiano Antonio Gramsci (1881 – 1937). Bem articulado na política socialista, foi preso em 1926 acusado de participar de atos revolucionários contra o governo fascista. Na prisão, Gramsci escreveu um conjunto de textos analisando o regime fascista da Itália na sua época, que foram publicados como “Cadernos do Cárcere”.

Gramsci nota elementos de consenso e coerção que se formam através de lutas entre classes sociais. Os principais conceitos de Gramsci que utilizará: hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos.

Os aparelhos privados de hegemonia são os grupos, as sociedades civis. São organismos que tentam transformar em maioria a sua visão de mundo. Ao conseguir fazer isso, esses aparelhos privados alcançam a hegemonia. Entende-se hegemonia como direção, a capacidade de um grupo se tornar dirigente, de indicar o caminho, capacidade que um grupo tem de trazer outros grupos para o seu. E para conseguir esse convencimento, é necessário a atuação dos Intelectuais orgânicos, aqueles que nascem no meio e se tornam organizadores, eles são responsáveis pelo convencimento do povo.

DISCUSSÕES DE DADOS COLETADOS

A nossa pesquisa foi dividida em duas etapas. No primeiro projeto “Sociedade Civil e Fronteira: Rondônia (1950/1960)”, as alunas Lene Souza de Quadros e Sári Possari dos Santos puderam identificar os agentes políticos locais, que participaram de eventos políticos e de segmentos da sociedade civil nos anos 50 e 60.

O segundo projeto, ao qual eu faço parte, tem por objetivo analisar as formas de organização e de atuação da sociedade civil em Rondônia durante as décadas de 50 e 60, período marcado por uma intensa ação do Estado Brasileiro na implementação de políticas de desenvolvimento para a região amazônica.

O sub-projeto destina-se a identificar agentes políticos de organizações civis patronais e seus olhares sobre os programas de desenvolvimento promovidos nos anos 50 e 60. Para responder essa questão, o plano de trabalho possui três objetivos: Identificar agentes políticos que atuaram no período; Compreender, através do seu olhar particular, o papel das organizações civis locais e Compreender, através do seu olhar particular, as visões sobre o desenvolvimento regional. A seguir tentarei mostrar que cumpri todas as etapas, alcançando a todos os objetivos.

a) Identificar agentes políticos que atuaram no período

Como foi dito, nossa pesquisa fez parte de um projeto maior, onde já possui um banco de dados de trabalhos realizados anteriormente. Através do jornal “Alto

Madeira”, as alunas Sári Possari dos Santos e Lene Souza de Quadros, conseguiram identificar

“grupos organizados da sociedade organizados da sociedade civil e seus membros, destacando os atores políticos mais relevantes e observar como esses agentes participavam concomitantemente de diferentes aparelhos privados de hegemonia encontrados e se articulavam para angariar cargos de representação política no Território” (Santos, 2009, p. 44).

Dentre esses agentes políticos que nós identificamos, alguns deles se destacam um pouco mais. Seja pela sua influência econômica, seja pela sua participação política, seja pela atuação em diversas áreas. Um exemplo destes casos é o historiador Emanuel Pontes Pinto, que foi Primeiro Secretário do Partido Trabalhista Brasileiro, foi orador da Loja maçônica União e Perseverança, fez parte do corpo editorial do periódico “O Guaporé”, entre outras coisas. Outro exemplo é o comerciante José Saleh Morheb. Ele foi Primeiro Secretário da Associação dos Seringalistas do Guaporé, foi prefeito do Território em 1956 e membro da Associação Comercial do Guaporé.

Essa participação em mais de uma organização civil era comum nesse período. Diversos são os agentes políticos que atuavam em múltiplas sociedades civis e política, dentre eles destacamos: Luiz Malheiros Tourinho, Euro Tourinho, Ary Tupinambá Penna Pinheiro, Renato Borralho Medeiros, Joaquim Vicente Rondon, Aluizio Pinheiro, Lindomar Soares, Flodoaldo Pontes Pinto, Luis Cantanhede, Paulo Nunes Leal, Luis Cantanhede, Moacir de Miranda, entre outros. Muitos são os agentes políticos do período que participavam de vários seguimentos da sociedade.

Desse modo, a partir dessa identificação, foi possível a preparação dos roteiros das entrevistas. Optamos pelas entrevistas devido o fato de que não há um acervo de documentos das organizações civis da época e os documentos que encontramos no arquivo do Estado estão em péssimas condições.

Essa ausência de acervo é relatada no próprio livro que conta a história da Associação Comercial do Guaporé (atualmente, Rondônia). E por causa dessa ausência, assim como nós, o autor do livro optou por relatos orais.

“Desse período, entretanto, não existem registros ou qualquer documento que tenha chegado aos nossos dias junto ao acervo da instituição. Infelizmente. Seja pelo fato da entidade não ter, à época, sede própria e Porto Velho não contar com guarda livros ou contabilistas para prestação avulsa desses serviços, muita coisa deixou de ser registrada da forma devida. Apenas narrativas orais como é natural nesses casos e fragmentos de informações” (Amaral, 2006, p25 e 26).

Durante a nossa pesquisa, realizamos três entrevistas. A escolha por esses três agentes políticos se deu pelo fato de que os três, de alguma forma, estavam ligados e até mesmo atuantes na política local do período estudado.

O primeiro entrevistado, Luiz Malheiros Tourinho, filho de seringalista, nasceu em 1937, Corumbá MT. Estudou o ensino fundamental nos primeiros colégios de Porto Velho e ainda na década de 50, se mudou para o Rio de Janeiro para dar continuidade aos estudos, onde cursou administração na Fundação Getulio Vargas. Antes de ir para o Rio de Janeiro, ele já era Udenista e fundador e presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Guaporé e no Rio de Janeiro se tornou tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundários, o que proporcionou a ele mais tarde o acesso a UNE. Além disso, ao regressar para o Território, foi presidente da Associação dos Seringalistas dos Guaporé, e ainda duas vezes presidente da Associação Comercial do Guaporé.

O senhor Luiz atuou na região como empresário, participante de organizações civis patronais, o que tornou um importante ator tanto na economia, como na política local do Território. E ainda mais, sua família se torna proprietária do jornal “Alto Madeira”, o primeiro jornal do Território, conforme ele cita.

Ai que entra a minha família, já com o jornal Alto Madeira, nós éramos proprietários, além de apoiar como idéia, como poder de idéias, nós também ‘apoiava’ historicamente pela necessidade de nos fortalecer a nossa região.

O segundo entrevistado, o senhor Euro Tourinho, irmão do Luiz M. Tourinho, nasceu em 17 de janeiro de 1922, Corumbá MT. Começou a sua educação em casa, com professor particular, depois, ao se mudar para Porto Velho cursou até o quarto ano num colégio da região. Por não ter ginásio na cidade nessa época, se mudou para Manaus. Nesse período seu pai veio a falecer, o que o fez retornar e ficou

cuidando do negocio da família, o seringal. Depois da queda da borracha, se tornou empresário e ficou alternando entre os seus negócios e o jornal “Alto Madeira”, onde trabalhava como jornalista, (atualmente, proprietário).

A direção do ‘Alto Madeira’... Tem uns 50 e poucos anos. Foi em 40... 50... Anos 50 por ai. Porque eu já trabalhava lá dentro, ficava peruando por lá. Quando aí o diretor pretendeu ir embora o superintendente que era de Manaus, Guaraúma, perguntou se eu gostaria de entrar pro jornal, dirigir o jornal. Eu era empresário, tinha negócios aqui, fiquei alternando⁷.

O pai dos senhores Luiz e Euro Tourinho, Homero de Castro Tourinho, foi fundador da Associação Seringalista do Guaporé e presidente da Associação Comercial do Guaporé, onde percebemos a atuação da família na região.

“A partir de 1931, até 1936 a entidade ficou confinada a Homero de Castro Tourinho, já na condição de comerciante e seringalista, atividades que detinham a hegemonia economica na região Amazônica” (Amaral, 2006, p.31).

A terceira entrevistada, Yêdda Borzacov, nasceu em 29 de Junho de 1939, Guajará-Mirim MT (atualmente pertence ao estado de Rondônia). Filha do médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro e afilhada e sobrinha do político Aluizio Ferreira Pinheiro, teve seus primeiros estudos nas escolas da região e depois foi para Belém para terminar os estudos. Ao regressar para a região se tornou professora de História.

b) Compreender, através do seu olhar particular, o papel das organizações civis locais;

Nosso referencial teórico, Gramsci, teoriza sobre as organizações civis. Ele compreende que são as pessoas que se relacionam na sociedade civil que direcionam, que defendem suas visões de mundo, visões da sua sociedade civil. Procuram transformar os interesses do seu grupo particular em direção, transformar sua visão em sociedade política. O Estado, entendido de forma ampliada, é uma relação política de grupos disputando.

Gramsci percebe que a sociedade civil compõe a estrutura política. Alega que não existe uma sociedade civil desorganizada, ela é articulada, organizada. Sociedade civil faz parte de organismos que possuem uma determinada visão de

mundo, ex. Associação dos Seringalistas. As sociedades civis são aparelhos privados de hegemonia.

Partindo desse pressuposto, perguntamos aos entrevistados sobre a importância de se fazer parte de uma organização civil. O senhor Luiz Tourinho respondeu reforçando o conceito de Gramsci. Disse que estar associado a uma organização significava lutar por seus interesses em companhia de pessoas que almejavam o mesmo.

Agora naquela época quando meu pai fundou a associação seringalista, o quê que era? Nada. Nada. Talvez por espírito progressista que ele tinha dentro dele, como eu anos depois herdei... Porque eu fundei a associação dos Estudantes Secundários do Guaporé? Pelo desejo de ter curso superior aqui. Porque eu pressenti que ia chegar a um ponto que... Eu ia chegar aonde? Eu ia poder voar? Não. Então tinha que arranjar aqui. Então fundei... Assim eu juntei as pessoas que se interessavam pelo mesmo... Pra ter mais força, né? Assim a gente ia ter mais voz.

Porém, curiosamente, os outros dois entrevistados, que também participavam de organizações civis, ao serem perguntados sobre a importância de se fazer parte de uma sociedade civil, dizem que as sociedades não tinham grande importância, que não possuíam ambição política.

(..) os sindicatos não tinha ambição política. A atuação política é apagada⁸.

Mas de um modo geral, realmente eles criavam essas associações de classe e tudo mais, mas não havia muito... Criavam por criar e não tinha... (...) Não, não tinha força política. (...) Não é questão de força política porque naquele tempo nem se falava em força política. Havia o seguinte, aquele idealismo de apoiar o amigo tal, “é meu amigo vou apoiar!” não havia... Tanto é que os governadores não foram daqui, vinham todos de fora⁹.

Segundo Yêdda Borzacov, um exemplo da pouca importância que se davam às associações, é o fato de que em uma associação faziam parte rivais políticos e não havia problema algum. “Não havia uma Associação “x” só da turma do Aluízio. Não havia isso não”.

Amaral (2006), num determinado trecho de seu livro “Associação Comercial de Rondônia” relata sobre um agente político seringalista que se tornou presidente da Associação Comercial, mostrando como era comum ter numa associação dois tipos de classes diferentes:

“Coube, assim, ao cidadão Comendador José Rodrigues Centeno, a missão de ser o primeiro Presidente da Diretoria Executiva da nascente Associação Comercial de Porto Velho que reunia comerciantes e seringalistas atuantes nesta região, principalmente para lutar pelos interesses da economia” (Amaral, 2006, p25).

Diante disso, fica algo contraditório. Um lado afirmando a importância das organizações civis, reforçando o conceito gramsciano e o outro assegurando que as associações eram algo sem força, sem ambição política.

c) Compreender, através do seu olhar particular, as visões sobre o desenvolvimento regional.

Quando perguntamos sobre a questão do desenvolvimento, obtivemos, basicamente, duas respostas. Segundo o senhor Luiz Tourinho, se almejava grandemente o progresso da região, mas quando o presidente Juscelino Kubitschek implantou o seu plano de governo “Cinquenta em cinco”, onde previa a construção de rodovias, ao qual incluía a construção da BR364, ele foi contra. Foi contra por ser membro da UDN e por causa da adversidades naturais que existiam na região.

Foi quando nos vivíamos então... que foi a partir de Juscelino, lançar metas dos 5 em 50. (...) Então o Brasil entrava num período de alta convulsão, que era o período Vargas na sua segunda etapa para a sucessão de Juscelino, que foi um homem que (...) eu criticava de pano, porque a origem na UDN, a meta 5 em 50, ate porque o que atingiu a nossa reunião, que vem bater em Rondônia, através da Brasília-Acre, um projeto ousado, de mais de 2500km mais ou menos de extensão, ele vinha trazer ousadamente, o progresso para esta região. Eu, como administrador novo, saindo da escola, dizia que não se podia fazer uma meta daquela natureza num país como o Brasil, de dimensões continentais, de dificuldades mais absurdas da Amazônia, pela agressividade do meio, pela dificuldade ecológica, pelos rios, cerca de 350 e ‘tantos’ cursos de rios atravessaria no trecho Brasília-Rondônia, conseqüentemente uma dificuldade terrível de custos financeiros pra obra, como seria fazer uma obra grandiosa dessa de 5 anos com a rapidez? Então, teoricamente, eu criticava e era um crítico(...)¹⁰.

Porém durante a entrevista ele afirma que hoje percebe que Juscelino foi um grande homem, um bom político, que tomou as medidas necessárias para o desenvolvimento, e se pudesse voltar ao passado daria todo o apoio necessário a Juscelino Kubitschek.

(...), no entanto, hoje falo pra me redimir, se Juscelino Kubitschek dependesse de rasgar a BR 029 na época, hoje 364, seguindo a trilha de Rondon, nada mais ele fez do que seguir a linha telegráfica que deveria ligar a região do centro-oeste, sobre tudo Mato Grosso até Santa Cruz de La Sierra na Bolívia, que, no entanto nunca passou de Guajará-mirim.(...) Juscelino primeiro lutou de maneira muito honrosa, muito digna. “Ta’ ai a historia dele, hoje, jogada a todos nós para o conhecimento que mostra que homem publico ele foi e inclusive altamente democrata, que enfrentou as agulhas do processo revolucionário, entendeu? E no entanto venceu porque ele realmente venceu como político a meta dos cinco anos em cinqüenta.

Talvez essa consciência que ele obteve após todo esse desenvolvimento que a região sofreu, se de pelo fato de que o senhor Luiz Tourinho obter grandes benefícios após a abertura da BR. Isso fez com que ele se tornasse a favor dos projetos de desenvolvimento da região.

Ai eu quero te dizer porque eu era fã do Juscelino. Porque é lógico que na hora que abriu uma BR dessa... Mamãe não acreditava, né? Ou seja, ir daqui pra Cuiabá de ônibus, de carro... Então a partir da abertura da BR eu passei a usar, porque eu ia... Eu comecei ter Jeep, passei a vender. Olha só como a prosperidade me ajudou, passei a vender Jeep, passei a vender trator, eu fui depois concessionário Ford, fui concessionário Ford-willys, concessionário não, vendedor Ford-willys, fui concessionário Volks. Eu e Ismael fundamos aqui, fundei aqui FIAT aqui, e também no Acre, quer dizer, eu participei do desenvolvimento da região. E a quem e devo isso? Á Juscelino.

Porém, novamente, há uma diferença de opiniões. Segundo o senhor Euro Tourinho, todos na região aguardavam a abertura da BR 029 (atual BR 364), que não havia uma posição contra, uma vez que “a abertura da rodovia era uma necessidade pra região. (...) A rodovia era a salvação daqui da região, então tinha que apoiar, não tinha esse negocio de não apoiar não”.

A única coisa que ele chamou a atenção, foi para a Caravana Ford. Na época ele era contra, pois achava um gasto desnecessário.

Eu combatia a tal formação da Caravana Ford. Porque eu achava que o governo, o Estado não estava em condições de gastar o dinheiro que ia gastar, que não ia chegar nenhum carro inteiro aqui. Passava 3, 4 meses sem receber os vencimentos e ele fazendo aquela festa (...) eu achava... Não é que eu não havia necessidade, mas que ele não devia botar a caravana pra vir numa época daquela que a situação estava desfalcada (...) pinguelas, lama, areão. Por isso que o “Alto Madeira” se posicionou contra.

Apesar disso, a população almejou a abertura da BR. Esperou os benefícios que a construção trouxe junto com ela, como por exemplo, os caminhões que chegavam na região cheio de mercadorias. Uma das coisas mais esperadas, segundo ele, era roupa. Ele relata que, no início, as únicas pessoas que não gostaram da idéia foram os comerciantes, já que os caminhões significavam concorrência.

No início, os comércios ficaram loucos, por que toda hora chegava caminhão, encostava ali, vamos dizer, com roupa, e vendia, vendia e parou né? Chegavam determinadas mercadorias, cada um vinha... aí os comerciantes vendo, chamavam e compravam tudo. Primeiro caminhão, segundo caminhão... e o jornal dizendo: não adianta que daqui pra frente vai entrar mais caminhão e aquela coisa toda. E foi o que aconteceu e aí se adaptaram se adaptaram. Porque como é que eles iam assustar todo caminhão que chegassem aqui com expedição de mercadoria pra vender? Teve que se adaptar. Era ignorância do próprio comércio querer sustar, "ah não pode vender na minha porta, não sei o quê. Aí o caminhoneiro, que não pode vender o quê, tem nada disso. Já paguei minha parte lá na prefeitura". Houve essa reação, mas depois tudo entrosou-se. (...) a população gostava né? Por que chegava pra poder comprar camisa, camiseta, calção, roupa, essas coisas. A população estava sendo favorecida

Numa mesma linha de pensamento, segundo Yêdda Borzacov, a população via com bons olhos o progresso chegando e foram muitos receptivos ao desenvolvimento. Eram poucas pessoas que pensavam nos problemas que futuramente a região iria enfrentar.

Segundo ela, o que a população mais almejou, foi os gêneros alimentícios, que chegaram, através da rodovia, até a região.

Então se aguardava com grande expectativa e esperança de realmente tirar do isolamento, tirar do isolamento essa área. Mas eu vejo que naquela época a ansiedade era para os gêneros alimentícios, não era pra venda de, vamos dizer, fábrica tal, indústria tal. Não se falava isso, pelo menos eu nunca escutei isso. O que eu escutava era alimentação que... Olha, a carne vinda Bolívia, magra, aquela carne preta, horrorosa.

Novamente percebemos visões diferentes, o que nos trazem dúvidas e questões a serem respondidas. Assim, ao fim do trabalho ficaram diversas questões a serem respondidas, que pretendemos responder no próximo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do trabalho, os três objetivos propostos, foram alcançados. O primeiro objetivo estava mais voltado para a coleta de dados, o segundo e terceiro objetivos específicos, estavam voltados pra análise dos dados.

Ao analisar os dados, percebemos que o olhar sobre o desenvolvimento acabou sendo algo ‘unificado’ na sociedade rondoniense. Os entrevistados comungam a mesma visão sobre o desenvolvimento. Eles entendem desenvolvimento dentro de um progresso que está ligado a estrada, que está ligado ao acesso a consumo, que está ligado a vinda de lojas, está ligado a melhoria da qualidade de vida através da rodovia. É um senso comum daquilo que se chama desenvolvimento. Os entrevistados não apresentaram divergências no tocante a isso. A única pequena divergência encontrada foi que um dos entrevistados, que fazia parte da UDN, era contra, inicialmente, Juscelino Kubitschek, por Juscelino ser do PSD. Porém, tirando essa pequena divergência, ao final, ao ver a obra, a rodovia construída, o entrevistado ele se mostra favorável, mais do que isso, convencido que aquele caminho era bom.

O objetivo segundo era compreender o papel das organizações civis patronais na visão desses agentes políticos e nesse ponto há uma certa divergência. Porque de um lado, temos um entrevistado que teve uma militância muito grande em organizações civis, teve até recentemente, quando foi presidente do SEBRAE de Rondônia, que fala que era importante participar, pois elas eram um mecanismo de pressão, onde junto a outros agentes poderiam externalizar suas idéias. E por outro lado, temos entrevistados que diz que as associações civis não tinham tanto peso político.

A análise da história de Rondônia subsequente nos levam a crer que a posição adotada pelo primeiro entrevistado, Luiz Tourinho, diante o papel que essas organizações empenhavam, como ele acreditava, de vender ou defender uma idéia, foi, de fato, importante, apesar de não ter sido considerada pelo outros. A visão que o entrevistado possui nos remete ao nosso referencial teórico. Segundo Gramsci, são as pessoas que se relacionam na sociedade civil que direcionam, que defendem suas visões de mundo, visões da sua sociedade civil. Procuram transformar os interesses do seu grupo particular em direção, transformar sua visão em sociedade

política. O Estado, entendido de forma ampliada, é uma relação política de grupos disputando.

Nota-se essa importância das organizações civis, ao observar a trajetória seguinte dele. Participou de diversos organismos, foi fundador e presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Guaporé, tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundários, presidente da Associação dos Seringalistas do Guaporé e da Associação Comercial do Guaporé, nesta, duas vezes. Participou também de partidos políticos. Era udenista e foi líder do MDB na sua criação na época do bipartidarismo. Além dessa participação em organismos, ele participou ativamente da economia de Porto Velho. Segundo ele cita, ele foi vendedor de Jeep, Ford-willys, trator, foi concessionário Ford, Volks e fundador da FIAT na região.

Todavia, essa divergência de opiniões me leva a necessariamente a ter... Para ter uma consideração ou uma conclusão desse trabalho, me leva a necessidade de ter novos olhares, novas entrevistas, que é o que o trabalho propõe fazer.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Fontes Bibliográficas

AMARAL, Antonio Orlandino Gurgel do. **Associação comercial de Rondônia**. Porto Velho: ABG Editora Gráfica, 2006.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Rondônia: Espaço, tempo e gente**. Porto Velho: Instituto de Estudos e Pesquisa Ary Tupinambá Penna Pinheiro, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conceito como Poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição, 1980.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1988.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

LEAL, Paulo Nunes. **O outro braço da cruz**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, s.d.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Cultura Brasileira. (Versão em pdf, disponível em: <http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>). Acesso em: 04 de dez. de 2009.

MENDONÇA, S. R. Estado e Sociedade. *In*: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MEDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição, 1986.

MEDEIROS, Rosana Muniz de. **Gramsci e a Hegemonia**. Publicado em: janeiro 22, 2008 Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/1751464-gramsci-hegemonia>. Acesso em: 04 de dez. de 2009.

RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. **Inventando o outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica**. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócioambiental na Universidade Federal do Pará) - Belém, 2004.

SANTOS, Sari Possari dos. **As organizações civis em Rondônia (Anos 50)**. *In*: XVIII Seminário Final de Iniciação Científica da UNIR, 2009, Porto Velho. Anais do XVIII Seminário Final de Iniciação Científica da UNIR, 2009.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues. FONSECA, Dante Ribeiro. **Historia Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

Fontes Hemerográficas

ALTO MADEIRA. **Editoriais**. Porto Velho, 25 de maio 1955. Ano XXXVIII. N°4870, p.4.

NOTAS

¹ Acadêmica do curso de História da universidade Federal de Rondônia.

² Desenvolvimento entendido como “sinônimo” de industrialização.

³ Podemos perceber essa questão até os dias de hoje.

⁴ A nossa pesquisa delimita-se as décadas de 1950-60, mas temos consciência que as décadas seguintes (1970-80) demonstram um conjunto de ação adotadas na região, sendo algumas delas (se não todas) conseqüências dos programas de desenvolvimento adotados pelo Estado na década de 1950-60.

⁵ Cf. MEDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição, 1986. Cap. 03.

⁶ Publicação n°4870, de 25 Maio de 1955 do periódico Alto Madeira.

⁷ Euro Tourinho, empresário e jornalista, segundo entrevistado.

⁸ Idem.

⁹ Yêdda Borzacov.

¹⁰ Grifo meu.